



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680127 - SP (2021/0219058-3)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : ALEX GALANTI NILSEN
ADVOGADO : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELIEL GOMES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELIEL GOMES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Habeas Corpus Criminal n. 2136419-61.2021.8.26.0000).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

O impetrante sustenta que, em 24/3/2021, foi concedida progressão de regime para o semiaberto em razão do cumprimento dos requisitos objetivos e subjetivos previstos na Lei de Execução Penal. Todavia, até o momento da impetração, o paciente ainda não havia sido transferido para o regime ao qual faz jus. Portanto, a manutenção em regime mais gravoso configura constrangimento ilegal.

Requer, liminarmente e no mérito, a transferência imediata para o regime prisional semiaberto. Subsidiariamente, pleiteia a concessão de prisão albergue domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto assim consignou o tribunal de origem (fl. 48):

Isso porque, ao que se infere da cópia de fls. 93/94, o MM. Juízo das Execuções Criminais já deferiu ao paciente, em 24/03/2021, a progressão ao regime semiaberto (fls. 28/30), de modo que a respectiva transferência para estabelecimento apropriado obedece a listagem cronológica, elaborada e implementada pela Secretaria de Administração Penitenciária.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente